

DESIGUALDADES E TECNOLOGIAS DIGITAIS: INTERFERÊNCIAS QUE ENVOLVEM O CAPITAL SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL FRENTE AO CAPITAL TECNOLÓGICO.

DIGITAL INEQUALITIES AND TECHNOLOGIES: INTERFERENCES INVOLVING SOCIAL, ECONOMIC AND CULTURAL CAPITAL AGAINST TECHNOLOGICAL CAPITAL

Wesley Anderson de Souza

Faculdade de Inhumas – FacMais/Goiás.

RESUMO: O desenvolvimento da sociedade da informação reforça a existência de barreiras que impedem determinados grupos de acessar e usar adequadamente a tecnologia, levando a novas formas de exclusão nos mercados de trabalho, instituições governamentais, atividades de lazer e educação. No entanto, fechar a lacuna entre aqueles que estão conectados e aqueles sem acesso físico mais barato e mais rápido à internet não levará automaticamente a fechar a lacuna criada pela desigualdade digital. Este artigo visa vincular a teoria da modernidade à construção da desigualdade no mundo moderno, com foco no campo da educação. Para isso, contatamos autores que debatem desigualdade e educação, como Pierre Bourdieu.

Palavra chave: Desigualdade, Capital cultural, tecnologia

ABSTRACT: The development of education for the existence of barriers that prevent group activities from accessing and using appropriate technology, aiming at new forms of exclusion in labor markets, governmental institutions and governmental labor institutions. However, it will close between those who are separated and faster to the internet will not automatically have a gap to close the gap for equal digital access. This article aims to link the theory of modernity to the construction of inequality in the modern world, focusing on the field of education. For this, we contacted authors who debate inequality and education, such as Pierre Bourdieu.

Keywords: Inequality, Cultural capital, technology

INTRODUÇÃO

A desigualdade é o ponto de partida da sociologia clássica, o material vivo da sociologia contemporânea (Dubet, 2003, p. 9). A partir desta citação de François Dubet, propõe-se um exame teórico



da construção da desigualdade no mundo moderno a partir da perspectiva dos direitos e da reprodução da desigualdade. Tendo como pano de fundo o sistema educacional, tentando então analisar como os movimentos sociais e as minorias das “micro desigualdades” lutam por reconhecimento e direitos.

A sociedade contemporânea pode ser representada como uma rede digital na qual ocorrem algumas das atividades humanas e sociais mais importantes. O acesso inacessível ou restrito a ambientes digitais pode ser uma fonte significativa de desigualdade social. Assim, a posição de uma pessoa em uma sociedade em rede na qual os fluxos de informação econômica e socialmente relacionada, pode ser explicada como um fator gerador de desigualdade. Essa ideia se enquadra na visão do conceito de desigualdade relacionado ao ambiente digital e inclusão/exclusão social.

Essas desigualdades no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não se baseiam apenas em fatores econômicos, mas também envolvem múltiplas dimensões, como acesso à tecnologia, autonomia, suporte social, habilidades e formas de uso que vão além do simples acesso ou uso. Essa visão leva em conta padrões relacionados à classe social.

DESIGUALDADE FRENTE A EDUCAÇÃO E CULTURA

Em “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” (1966), Pierre Bourdieu levantou as questões fundamentais da educação que se tornaram elementos essenciais da “Sociologia da Reprodução”. Pensar nos elementos de igualdade, desigualdade e mobilidade social a partir da ótica de Bourdieu soma-se aos elementos questionadores da “escola igualitária”. Nesta passagem, sua posição é clara:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

As oportunidades de acesso ao ensino superior não são o resultado de uma simples seleção. A reprodução dessas desigualdades para Bourdieu mostra o quão claro é o peso desigual de atores de diferentes classes sociais. Segundo ele, “um jovem de classe alta tem oitenta vezes mais chances de



ingressar na universidade do que o filho de um lavrador e quarenta vezes mais do que o filho de um trabalhador, e suas chances ainda são duas vezes maiores do que as de um jovem de classe média” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Essas crianças e jovens que não são beneficiários desse sistema de acesso às oportunidades de ensino superior acabam sendo ignorados e justificando o debate sobre a diferença de presentes. Esse comportamento privilegiado não é amplamente reconhecido, o capital cultural não é algo fácil de mensurar, pois envolve a transmissão de sistemas de valores intrínsecos diretos e indiretos que contribuem para mudar as relações com as escolas (BOURDIEU, 1998, p.42).

O capital cultural existe na relação entre a casa e o sucesso do aluno no ambiente escolar. Os chamados "bons alunos" não se caracterizam apenas pela renda; segundo os autores, o impacto do ambiente doméstico no sucesso acadêmico é em grande parte cultural.

Os jovens das camadas superiores se distinguem por diferenças que podem estar ligadas a diferenças de condição social, também os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria, tanto por seu nível cultural global como por seu tamanho: dado que, como se viu, as chances objetivas de chegar ao ensino superior são quarenta vezes mais fortes para um jovem de camada superior que para um filho de operário (BOURDIEU, 1998, p. 44)

O autor finaliza o texto com uma pergunta: A melhor maneira de demonstrar até que ponto a realidade de uma sociedade 'democrática' está de acordo com seus ideais é não medir o acesso a ferramentas institucionalizadas de elevação social e salvação cultural para indivíduos de diferentes classes sociais?

CAPITAL CULTURAL E SOCIAL DIANTE DAS TECNOLOGIAS

A visão seminal de Pierre Bourdieu permanece relevante: o mundo social inclui vários aspectos do capital econômico, diferentes formas de capital cultural, capital social que resulta do contato e participação grupal e capital simbólico, que são as formas que os diferentes tipos de capital assumem depois de serem considerado legal (BOURDIEU, 1998).



O uso cotidiano da tecnologia trouxe profundas mudanças a esses conceitos, e este trabalho destaca uma mudança que pode ser impressa nos conceitos de capital cultural e social. Mais especificamente, o capital cultural é definido como a aquisição de certas habilidades e conhecimentos culturais, adquiridos de pais, educadores e do ambiente educacional, e, portanto, vale o investimento de longo prazo de tempo e educação. Na sociologia, o capital social pressupõe a dinâmica das relações sociais de um grupo de pessoas, bem como a base para a cooperação entre atores relacionados e as oportunidades que surgem nessas relações sociais.

A esses conceitos de capital, no contexto desta pesquisa, pode-se acrescentar outra forma, herdando a matriz desenvolvida por Bourdieu: capital tecnológico, assumido como a combinação de conhecimentos adquiridos, inclinações e habilidades para usar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para gerar uma forma de contribuição ao capital cultural (ROJAS et al., 2011) e conectar o conceito de capital social desenvolvido por Mark Warshall, que o define “como a capacidade dos indivíduos de acumular benefícios por meio da força dos seus relacionamentos pessoais e da associação em rede e estruturas sociais específicas” (WARSHAUER, 2006, p. 208).

Esses conceitos são fundamentais para analisar o papel das TICs na inclusão social e digital. Isso se dá porque o acesso às ferramentas tecnológicas propicia a construção de redes pelas quais os agentes podem aumentar não apenas seu capital cultural, mas também seu capital social. A sociedade em rede, ou a integração dos indivíduos *online* por meio das novas tecnologias, será para sempre sinônimo de acesso ao capital cultural e social, abrindo novos caminhos de cidadania e inclusão social também de natureza digital.

Isoladamente, as tecnologias digitais não garantem o aumento do capital cultural, mas permitem que os indivíduos tenham ferramentas de aprendizagem para garantir seu desenvolvimento pessoal.

CAPITAL CULTURAL E CAPITAL TECNOLÓGICO

Para compreender as características da prática docente com uso de tecnologia, se pensa primeiro que é necessário considerar as motivações que levam os professores a usar a tecnologia digital. Parte-se então, do pressuposto de que as disposições dos sujeitos que orientam suas escolhas e práticas são construídas social e culturalmente.



Nesse sentido, como parte do próprio hábito (BOURDIEU, 2004), e como construção conceitual teórica inspirada no conceito de capital cultural de Bourdieu, o capital tecnológico será operacionalizado para que seja observável nas informações geradas nas pesquisas. Na visão de Bourdieu, o capital cultural pode se apresentar em três estados: fusão, objetivação e institucionalização. A seguir, descreve-se brevemente as características de cada um deles.

O capital incorporado refere-se à cultura legítima que é internalizada pelo indivíduo, ou seja, habilidades de linguagem, posturas corporais, crenças, conhecimentos, preferências, hábitos e comportamentos associados à cultura dominante. Esta fusão “[...] pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 74).

Já o estado materializado (objetivação) define o capital como “transferível em sua materialidade” (BOURDIEU, 2007, p. 77). Portanto, refere-se à propriedade de objetos culturais valiosos, como livros e obras de arte, e está intimamente ligada ao capital registrado, sendo que alguns bens estão relacionados apenas a formas registradas de capital cultural. Por fim, o capital institucionalizado é o capital cultural representado pela posse de títulos escolares, que serve como prova de uma determinada forma cultural na sociedade.

Nas devidas proporções conceituais, o capital tecnológico representa não apenas a posse de artefatos tecnológicos como um estado objetivado, mas também transcende o nível material, indicando todo o arcabouço de experiência e conhecimento de diferentes tecnologias adquiridas de forma prática (com e como prática) durante a socialização.

Em um estudo de 2004, Freitas usou o conceito de "capital tecnológico da informação" para explicar a relação entre indivíduos e artefatos tecnológicos. Os autores ressaltam que a compreensão desse conceito deve levar em conta os aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos dos agentes de domínio específico. “Quanto mais esse capital estiver presente como parte integrante do hábito de cada indivíduo, mais chances ele terá de obtenção de conhecimento e reconhecimento” (FREITAS, 2004, p. 118).

A pesquisa realizada no México por Ramírez Martinell, Casillas Alvarado e Méndez (2014) é o mais recente estudo com foco no uso de tecnologias digitais no ensino superior. Este estudo faz uma



proposta conceitual semelhante a Freitas (2004), mas avança ao propor alguns parâmetros para "medir" o nível de capital técnico de alunos e professores no contexto educacional.

Na definição dos autores, capital tecnológico inclui um conjunto de conhecimentos e habilidades que utilizam tecnologias digitais que diferenciam os indivíduos e os capacitam a competir em diferentes campos e espaços sociais. Assim como o capital cultural, o capital tecnológico pode existir em três estados: consolidação, objetivação e institucionalização (RAMÍREZ MARTINELL; CASILLAS ALVARADO; MÉNDEZ, 2014). Capital técnico embutido indica domínio técnico, o que significa saber usar artefatos técnicos em diferentes contextos.

Por exemplo, no campo da educação, corresponderia ao conhecimento e uso das tecnologias digitais, que resulta do tempo de trabalho dedicado ao processo de aprendizagem (formal ou informal). Ele compreende o processo básico de socialização, que envolve a predominância do conhecimento no uso da tecnologia; o grau de apropriação da tecnologia (domínio da tecnologia digital); o grau de afinidade com a tecnologia digital; e um conjunto de saberes e práticas relacionados ao ensino e processo de aprendizagem. No estado materializado, o capital tecnológico apresenta-se como um conjunto de objetos tecnológicos que são ocupados materialmente, mas que requerem que o capital combinado seja utilizado satisfatoriamente.

Assim como no capital cultural, é necessário um processo de apropriação/inclusão para que a transferência desse capital seja eficiente, não apenas material. Ou seja, não basta ter um smartphone de última geração e não saber usar os recursos disponíveis. O capital tecnológico direcionado inclui vários recursos, como computadores desktop, laptops, notebooks, tablets, smartphones, software, pagamentos por serviços móveis, acesso à Internet, etc.

Em seu estado institucionalizado, capital tecnológico refere-se a um conjunto de títulos, diplomas e certificados que reconhecem o valor institucional de conhecimentos e habilidades, aqui representados pelas iniciativas de certificação da instituição que estimulam o uso da tecnologia pelos professores. Esse capital é medido pelo número de cursos, diplomas e certificados que ganham um valor de reconhecimento simbólico. Para Bourdieu (2008), os produtos culturais (aqui podemos incluir artefatos técnicos) podem ser objeto de apropriação material baseada no capital econômico e apropriação simbólica baseada no capital cultural.



[...] para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica (definida pelo capital científico e tecnológico que se encontra incorporado nelas), é preciso dispor, [...] de capital incorporado (BOURDIEU, 2008, p. 77)

Dessa forma, é possível compreender a aproximação desse conceito ao conceito de capital cultural e seu potencial para explicar problemas no campo da educação. Se o capital tecnológico no estado materializado mobiliza o capital econômico, o capital tecnológico integrado é necessário para que os indivíduos possam usufruir de determinado produto tecnológico que beneficie seu capital social e seu capital escolar. Nas palavras de Ramírez Martinell, Casillas Alvarado e Méndez (2014, p. 36, tradução do autor):

O grau de apropriação tecnológica compreende o conjunto de disposições, capacidades, habilidades, conhecimentos, conhecimentos práticos – informativos e informacionais –, tipos de uso e frequência com que as TICs são usadas nos processos educacionais.

O uso da tecnologia na educação implica uma mudança social e cultural que valoriza um novo tipo de saber que requer a aquisição de novos conhecimentos e habilidades práticas/experimentais. Acredita-se que, assim como o capital cultural, o capital tecnológico é construído de acordo com as condições sociais, econômicas, escolares e culturais do indivíduo. Possuir ou não esse capital, permite o acesso a um espaço e a um conhecimento que nem todos têm acesso, pois exige um entendimento das regras do campo tecnológico (BOURDIEU, 2003).

HIATO DIGITAL

A literatura científica destaca duas principais abordagens teóricas relacionadas à desigualdade digital, representadas por "padronização" e "estratificação". A primeira abordagem, também conhecida como padronização, concentra-se na ideia de que as lacunas atuais serão gradualmente abordadas à medida que mais tecnologias forem oferecidas a um custo menor e interfaces mais simples, o que levará a uma tendência geral de estabilidade. Embora a divisão do acesso à Internet tenha começado a ser vista como uma causa potencial de exclusão social (CHINN; FAIRLIE, 2006; FOX, 2005), muitos estudiosos e, mais



importante, muitos políticos não prestaram atenção às consequências sociais associadas à Internet, crescimento da exclusão digital ou até chegou a subestimá-los – (THIERER, 2000).

Eles argumentam que, assim como outras tecnologias do passado, a distância entre aqueles que têm acesso à Internet e aqueles que não têm, acabará por desaparecer ao longo de certos ciclos históricos. À medida que os custos da tecnologia caem, o *gap* tecnológico vai diminuindo gradativamente, eliminando assim os problemas que envolvem o *gap* digital, e a solução são apenas uma questão de tempo à medida que a tecnologia se adapta ao mercado (THIERER, 2000).

Portanto, muitas das diferenças que podem ser encontradas no uso e acesso às TICs não são necessariamente a base das preocupações da sociedade. Alguns autores argumentam que a desigualdade no uso das TIC é superestimada. Compaine (2001) argumenta que alguns grupos de pessoas não usam a *Internet* tanto quanto outros. Esse fato faz parte da diferença no momento de adoção da tecnologia, característica dos estágios iniciais de introdução de qualquer inovação.

Esses atrasos geralmente são cíclicos, e geralmente são superados quando o desenvolvimento tecnológico atinge um ponto em que os mecanismos de mercado não precisam mais arcar com o custo e podem repassar o conhecimento técnico dos usuários mais antigos (COMPAINÉ, 2001). A taxa de penetração do uso da *Internet* é muito maior do que a de rádio e televisão. No entanto, espera-se que as desigualdades iniciais de acesso sejam corrigidas ao longo do tempo, como visto com o uso de televisores, geladeiras, máquinas de lavar e carros. Essencialmente, a lacuna atual é apenas temporária e desaparecerá com o tempo. Como vimos, encarar a exclusão digital como um problema tecnológico mostra que o acesso à tecnologia pode corrigir problemas sociais existentes, como desigualdade e problemas relacionados à democracia, liberdade, relações sociais e vida em comunidade.

A segunda hipótese, a hipótese da estratificação, sustenta que as desigualdades criadas pela introdução das TICs se somarão às desigualdades já existentes em um processo cumulativo e circular. Grupos mais lentos para adotar novas tecnologias nunca conseguirão superar a distância dos mais rápidos, e com isso vem o aumento do acesso e uso diferenciado. Muito provavelmente, as questões de distância relacionadas ao acesso serão reduzidas; no entanto, existem graus variados de desigualdades com base em como as TICs são usadas, sugerindo que as condições para a "normalização" não foram atendidas, mas o que é alcançado é a reconfiguração social em camadas.



Esse pressuposto refere-se à possibilidade de que a exclusão digital venha a fazer parte de um tecido social já bastante polarizado nas esferas econômica, cultural e social - e dessa forma as desigualdades existentes aumentarão. Como resultado, aqueles em posição comparativamente vantajosa acabam consolidando e potencialmente aumentando seus privilégios em detrimento de uma classe de consumidores que são mais lentos na adoção de novas tecnologias – portanto, a disparidade nunca pode ser eliminada.

No entanto, a atitude isométrica entre as duas hipóteses propostas tornou-se proeminente nos últimos anos. De acordo com essa posição intermediária, ambos os caminhos são parcialmente válidos e nenhum explica totalmente o fenômeno.

Dada a diversidade de diferenças que se destacam, é concebível que em algum ponto a distância no acesso à tecnologia possa ser superada, mas, ao mesmo tempo, outras oportunidades desiguais em termos de habilidades, motivação, capital e capacidade de uso da *Internet* se perpetuem. É importante lembrar que, embora as diferenças na adoção das TICs entre as diferentes classes sociais tenham sido parcialmente mitigadas, elas ainda estão associadas a certas classes sociais, como idosos, cidadãos de baixa renda, determinados grupos étnicos e de níveis educacionais baixo e difícil acesso de um modo geral, não apenas fisicamente para usar e utilizar a *Internet*. Entre os segmentos mais privilegiados da sociedade, há uma tendência de acumular as oportunidades apresentadas pelos diferentes níveis de acesso e uso das TICs.

Embora as lacunas pareçam vir de diferentes níveis de acesso, é claro que, para realizar todo o potencial das TICs, é necessário um certo nível de capital digital, que depende da tecnologia usada, por um lado, e do que os cidadãos/usuários têm, por outro lado, capital social, cultural e político.

Pensamos na construção de um capital cultural digital que permitia o desenvolvimento de habilidades e condições para reduzir essas barreiras. Esse capital cultural digital é constituído por outras esferas ligadas especialmente à capacidade de produção em rede – algo que se tornou central na era digital. (BREDARIOLI, 2015 p. 3)

A desigualdade digital tende a minimizar as desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas pré-existentes na sociedade. Usuários e cidadãos precisam melhorar, atualizar e aprimorar continuamente suas habilidades para poderem "processar" a infinidade de informações (DIJK; HACKER, 2003, p. 316) e, mais importante, tornarem-se cidadãos plenos.



Com a infraestrutura vital para o desenvolvimento normal da sociedade *online*, tornou-se fundamental que os cidadãos tenham acesso físico à *Internet*, mas sejam capazes de navegar no mundo *online* com proficiência. Não se trata apenas de alfabetização ou habilidades digitais, o conjunto de habilidades necessárias para operar computadores e redes, pesquisar e selecionar informações digitais e utilizá-las para atingir objetivos específicos (DIJK, 2005), mas também é necessário ter potencial para tornar-se uma *e-comunidade* e um *e-cidadão* e assim integrar-se na sociedade digital. Para esclarecer, não pretende sonegar a importância da revolução provocada pelo advento da *Internet*.

Acredita-se que a *Internet* possibilitou novas formas de relações sociais, revolucionou o acesso à informação e até permitiu que certas partes do mundo lutassem pela democracia, embora o impacto nesse sentido seja muitas vezes superestimado, como a Primavera Árabe. No entanto, o rápido crescimento da *Internet*, tanto em nível global quanto em países individuais, não é definitivo. Devido à pobreza populacional, falta de infraestrutura, restrições políticas, falta de cultura tecnológica e incentivos para adotar novas tecnologias de comunicação, as regiões menos desenvolvidas do mundo não podem participar desse crescimento.

Dessa forma, a disseminação das TICs está redesenhando o mapa da pobreza e da riqueza, aumentando a disparidade entre o Norte e o Sul globalmente e criando novas áreas de exclusão mesmo nos países mais desenvolvidos. Mesmo dentro dos países, há diferenças na adoção e uso da *Internet* e na capacidade de reinvestir os benefícios obtidos *online* (no uso de informações e recursos relacionados) em melhorias sociais. Essas desigualdades determinam uma diferença importante entre os países – a divisão digital global – e uma diferença importante entre as pessoas dentro dos países – a divisão digital democrática.

COMPROMETIMENTO DIGITAL

Os aspectos pessoais e sociais dos sujeitos determinam a quais recursos eles têm acesso. Em resposta, os recursos disponíveis influenciam o acesso e fundamentam o desenvolvimento de novas desigualdades digitais. Sua distribuição desproporcional também cria desigualdades no acesso às tecnologias digitais e, assim, cria a primeira forma de exclusão – a primeira camada da exclusão digital. As desigualdades no acesso à *Internet* também dependem das características da tecnologia e das diferentes formas de apropriação tecnológica, o que pode levar a diferenças de competências e assim a novas formas



de exclusão – o segundo nível da exclusão digital. A soma das desigualdades aqui consideradas, inibe a possibilidade de participação plena e inclusão digital.

A apropriação da tecnologia muitas vezes afeta o nível de participação social. Os indicadores que descrevem a posição de um indivíduo na sociedade podem ser "variáveis individuais" - idade, sexo, etnia - ou "variáveis sociais" - renda, entrada no mercado de trabalho, status social. Essas variáveis afetam a forma como acessamos e usamos os recursos que fundamentam o processo de exclusão social. A exclusão digital e a exclusão social estão inevitavelmente inter-relacionadas e afetam-se mutuamente.

O acesso e uso efetivo da *Internet* pode ampliar oportunidades, melhorar a qualidade de vida e fortalecer a posição privilegiada de determinados grupos na sociedade – a terceira camada da exclusão digital. Em contrapartida, quem não usa a *Internet* de forma “efetiva” pode perder oportunidades de vida nos domínios econômico, político, educacional, cultural, relacional e social (DIJK, 2005). Em outras palavras, o acesso e uso limitados da *Internet* afeta as oportunidades dos cidadãos (DIMAGGIO et al., 2004) e explica como e por que o acesso individual à *Internet* é importante para o processo de inclusão social (WARSCHAUER, 2003).

Também é importante ressaltar que a classe social da população é mais vulnerável à incerteza da pobreza digital. Isso inclui os idosos, indivíduos sem emprego ativo, como desempregados, inativos, pensionistas; indivíduos com baixos níveis de educação e capital cultural limitado; vivendo em áreas geográficas menos desenvolvidas (como áreas rurais) ou indivíduos subdesenvolvidos em países - disparidades globais. Esses grupos desfavorecidos sofreram com as desigualdades no sistema social e estão sofrendo com as desigualdades no âmbito digital. Quando o resto do mundo avançou, ficou alguns passos atrás (DIMAGGIO et al., 2004, p. 368).

Neste ponto, os paralelos entre desigualdade social e digital são gritantes. Além disso, o enriquecimento dinâmico e cumulativo da disciplina beneficia aqueles que já possuem mais habilidades e experiência, enquanto os mecanismos de pobreza para aqueles menos familiarizados com as TIC estão exacerbando as desigualdades na sociedade. Isso está relacionado ao surgimento da difusão tecnológica como previsto pelo “efeito Matthew”: aqueles que têm mais experiência na gestão de novas tecnologias e as utilizam de forma mais diversificada serão os mais beneficiados (RAGNEDDA; MUSCHERT, 2016). Isso claramente tem implicações não apenas em termos de habilidades técnicas, mas também em termos de posicionamento social e econômico e aquisição cultural.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Costuma-se dizer que as TICs e a *Internet* democratizaram o acesso à informação e às comunicações. Se essa afirmação é plausível, é importante questionar a extensão das assimetrias geracionais, econômicas e escolares no acesso e uso das tecnologias digitais. Somos complacentes com táticas discriminatórias em contextos educacionais e sociais, sob o lema da democracia da informação e da comunicação. A análise do impacto da tecnologia na educação não pode ser entendida como um fenômeno pedagógico ou psicológico específico, mas como uma dimensão de um processo mais amplo, relevante para mudanças sociais, econômicas e culturais profundas.

No contexto das famílias, as narrativas da tecnologia de indivíduos menos escolarizados nos remetem a questões sociais que marcam determinados percursos de vida. Algumas dessas questões dizem respeito a histórias de pobreza, subordinação, exclusão e luta pela sobrevivência. A experiência familiar e o nível de escolaridade tornam-se dimensões centrais para explicar os processos de inclusão/exclusão digital.

Portanto, as políticas em todos os níveis, desde agências locais até organizações internacionais, têm a responsabilidade de promover e incentivar a inclusão digital para criar interfaces de diálogo e fomentar o engajamento cívico. No entanto, deve-se ter em mente que as políticas que orientam as pessoas para novas ferramentas podem ser vistas como uma mudança cultural "forçada" e a promoção de uma "obrigação de inclusão digital" ideológica. Para evitar a imposição de políticas de cima para baixo, os educadores devem compreender plenamente as necessidades reais dos cidadãos e equilibrá-las com as do mercado, a fim de fornecer as habilidades necessárias para investir em mercados digitais e melhorar suas condições de vida.

Finalmente, os cidadãos podem ver a expansão das novas tecnologias como uma oportunidade real para melhorar suas vidas. Isso significa que, os atores políticos devem não apenas apresentar treinamento básico para melhorar as habilidades digitais, mas também explicar o potencial das novas tecnologias para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos grupos desfavorecidos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. "A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura." In: *Escritos de educação* 8, Editora Vozes, 1998. pp. 39-80.



BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATTANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D'Água, 2003

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 9. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2008.

BREDARIOLI, Cláudia Maria Moraes. Desenvolvimento de capital cultural digital e prossumidores: perspectivas de atuação em rede para os formandos em Jornalismo. Intercom. Rio de Janeiro – 4 a 7/09/2015.

CHINN, M. D.; FAIRLIE, R. W. The determinants of the global digital divide: a cross-country analysis of computer and Internet penetration. Oxford Economic Papers, Oxford, v. 59, n. 1, p. 16-44, 2007.

COMPAINÉ, B. M. Information gaps: myth or reality? In: _____. Issues in new information technology. Norwood: Ablex, 1988. p. 179-191.
_____. The digital divide: facing a crisis or creating a myth? Cambridge, MA: MIT, 2001.

DIJK, J. A. G. M. The deepening divide: inequality in the information society. London: Sage, 2005.

DIJK, J. A. G. M.; HACKER, K. The digital divide as a complex and dynamic phenomenon. The Information Society, London, v. 19, n. 4, p. 315-326, 2003.

DIMAGGIO, Paul, Eszter Hargittai, Coral Celeste, and Steven Shafer. 2004. “Digital Inequality: From Unequal Access to Differentiated Use.” Pp. 355–400 in Social Inequality, edited by Kathryn Neckerman. New York: Russell Sage Foundation.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

FOX, S. Digital divisions: there are clear differences among those with broadband connections, dial-up connections, and no connections at all to the Internet. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project, 2005.

FREITAS, Christiana Soares de. O capital tecnológico-informacional. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 9, n. 17, 2004.

RAGNEDDA, M.; MUSCHERT, G. W. Theorizing digital divides and digital inequalities. In: SERVAES, J.; OYEDEMI, T. (Ed.). Social nequalities, media and communication: theory and roots. London: Lexington Books, 2016. p. 23-35.



RAMÍREZ MARTINELL, Alberto; CASILLAS ALVARADO, Miguel Angel; MÉNDEZ, Verónica Ortiz. El capital tecnológico una nueva especie del capital cultural. Una propuesta para su medición. In: RAMÍREZ MARTINELL, Alberto; CASILLAS ALVARADO, Miguel Angel. (Org.). Háblame de TIC: Tecnología Digital en la Educación Superior. Córdoba: Brujas, 2014.

ROJAS, V; SPENCE, J; OKUR, O.; PINON, J.; FUENTES-BAUTISTA, M.. Comunidades, capital cultural e inclusão digital: acompanhando as tendências tecnológicas numa década. Revista Media & Jornalismo, v. 19, n.1, p. 15-38, 2011.

THIERER, A. D. Is the “digital divide” a virtual reality? Consumers’ Research Magazine, Washington, DC, v. 83, n. 7, p. 16-20, 2000.

WARSHAUER, M. Tecnologia e Inclusão Social: A Exclusão Digital em Debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

Informações sobre o autor:

Graduado em Biologia pela Universidade Católica de Goiás. Especialização em Gestão e Educação Ambiental pela UNIFAN e Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Consciência GO - Delta. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Faculdade de Inhumas – FacMais. E-mail: w.asouza2009@gmail.com